



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO**  
**ASSESSORIA JURIDICA**

---

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE / RONDÔNIA

***Parecer n.º 65/2023***  
***Projeto de Lei n.º 2.015/2023***

A Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência para apresentar o devido *Parecer* acerca do ***Projeto de Lei nº2.015/2023*** em epígrafe, nos termos do Regimento Interno com fulcro nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

**I – DO PROJETO DE LEI**

Trata-se do ***Projeto de Lei nº2015/2023*** cuja súmula é “Institui a Revisão do Plano Plurianual do Município de Nova Brasilândia D'Oeste, para os exercícios de 2024 e 2025, e dá outras providências.”

**II – DO PARECER**

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo Chefe do Poder Executivo que tem por escopo revisar o PPA referente aos anos 2024 e 2025.

Competência confirmada, cumpre lembrar às comissões permanentes, principalmente, Justiça e Redação e Orçamento, maior análise quanto às peculiaridades e percentuais contidos na Presente Reforma do PPA.

Considerando o fato que o PPA além do próprio Orçamento em si considerado pode ser revisado visando seu aperfeiçoamento e adequação, que ocorre por meio da atualização dos programas.





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO  
ASSESSORIA JURIDICA**

---

Analisando os presentes autos, a **priori** nada de irregular ou inconstitucional se observou, entretanto, cumpre observar que se trata de um parecer **opinativo**, ou seja, **tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo conseqüente aprovação**. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, **in verbis**:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução **ex officio** da lei. **Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.**” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Grifei

Este é o parecer.

Nova Brasilândia D'Oeste /RO, 19 de setembro de 2023.

**Ana Cláudia Castelo Branco Wanistin  
Assessora Jurídica  
OAB/RO 784**

